

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

CURSO DE DIREITO

VÂNIA PINHEIRO RODRIGUES

ADOÇÃO TARDIA

CRICIÚMA, NOVEMBRO 2010

VÂNIA PINHEIRO RODRIGUES

ADOÇÃO TARDIA

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel no curso de Direito da
Universidade do Extremo Sul
Catarinense,UNESC.

Orientador: Prof. Marcus Vinícius
Almada Fernandes.

CRICIÚMA,NOVEMBRO 2010

VÂNIA PINHEIRO RODRIGUES

ADOÇÃO TARDIA

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado pela Banca Examinadora para
obtenção do Grau de Bacharel, no
Curso de Direito da Universidade do
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, novembro de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcus Vinícius Almada Fernandes- (Unesc)- orientador

Prof^a. Esp. Rosângela Del Moro- (Unesc)- avaliadora

Prof. Msc. Ismael Francisco de Souza- (Unesc)- Avaliador

Dedico este trabalho ao meu amado irmão, Filipe e agradeço a Deus por tê-lo colocado em nossas vidas. Te amamos!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de realizar este sonho de tantos anos e que parecia estar tão distante da minha realidade. Mas não desisti de lutar e nem de acreditar que poderia tornar-se real. Deus foi essa ponte para que eu pudesse atravessar e chegar até o meu objetivo.

Ao nosso orientador Prof. Marcos Vinícius Almada, pelo incentivo, simpatia e destreza no auxílio às atividades e discussões sobre andamento desta Monografia de conclusão de curso.

A todos os professores, pelo carinho, dedicação e entusiasmo demonstrado ao longo do curso.

Aos meus pais, Adair e Leci, pelo carinho e incentivo.

Agradeço ainda aos meus colegas e amigos do Angeloni, que em muitos momentos me incentivaram a prosseguir e, muito desta conquista devo à alguns deles.

E, finalmente, ao meu noivo Silvano, pelo apoio em todos os momentos desta importante etapa da minha vida.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa a questão da adoção tardia e discute a questão dos mitos e preconceitos encontrados nesse tipo de adoção.

Para realizar o objetivo proposto, inicialmente se estudou o histórico, conceito, evolução legislativa bem como os Princípios Constitucionais. No segundo capítulo, discorreu-se sobre a legislação brasileira, a adoção e a Lei atual, os efeitos e espécies de adoção. Já no terceiro capítulo conhecemos os obstáculos encontrados na adoção tardia.

O método de abordagem será o dedutivo e a técnica utilizada para a elaboração da presente foi a pesquisa bibliográfica, buscando obras de vários autores, internet e legislação vigente

Palavras-chave: Adoção tardia; família substituta; convivência familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 O INSTITUTO DA ADOÇÃO	9
1.1 Conceito e breve histórico sobre adoção tardia	9
1.2 Evolução legislativa da adoção no Brasil	13
1.3 Princípios Constitucionais aplicados à adoção	17
2 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS GARANTIAS QUE ELA TRAZ PARA A EFICÁCIA NA ADOÇÃO	21
2.1 A adoção e a Lei Atual brasileira.....	22
2.2 Efeitos Jurídicos da adoção	24
2.2.1 Efeitos pessoais.....	24
2.2.2 Extinção do vínculo com a família biológica e inserção na família substituta	25
2.2.3 Impedimentos matrimoniais.....	26
2.2.4 Poder familiar	27
2.2.5 Efeitos patrimoniais.....	28
2.2.6 Direito à prestação alimentar	29
2.2.7 Direito à sucessão	30
2.3 Espécies de adoção	33
2.3.1 Adoção “à brasileira”	33
2.3.2 Adoção póstuma	34
2.3.4 Adoção Unilateral.....	35
2.3.5 Adoção internacional	36
2.3.6 Intuitu personae	37
2.3.8 Adoção tardia	35
3 OS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS NA ADOÇÃO	40
3.1 O período de adaptação	40
3.2 A convivência familiar em família substituta	44
3.3 Os Preconceitos e Mitos	42
CONCLUSÃO	46
BIBLIOGRAFIA.....	48

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objeto do estudo a adoção tardia e o preconceito que a envolve, gerado por medo e mitos que dificultam a inserção de crianças e adolescentes em família substitutas.

A pesquisa teve como justificativa desmistificar que a adoção plena e eficaz só acontece quando o adotado for recém nascido. Isso ocorre, pelo fato de muitos casais terem medo da criança ou adolescente não se adaptar a nova realidade por terem passado longos períodos em uma instituição, por já terem a personalidade e caráter formados ou mesmo trazerem consigo traumas, podendo apresentar dificuldades na nova convivência familiar.

Os mitos criados em torno da cultura já posta são fortes obstáculos para a realização da adoção tardia na atualidade brasileira, trazendo expectativas negativas que influenciam na hora da escolha fazendo que a preferência seja por recém-nascidos.

Por isso, a importância da pesquisa para mostrar um novo caminho, visando uma mudança na cultura da adoção para que crianças e adolescentes possam encontrar uma família substituta.

Pretendem-se apresentar os entraves originados pelo preconceito e mitos, tendo como consequência que crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, fiquem nos acolhimentos institucionais por um longo período à espera de uma família substituta e enfrentem a triste realidade de não terem chances de serem adotadas por causa da sua idade.

O método de abordagem será o dedutivo e a técnica utilizada para a elaboração da presente foi a pesquisa bibliográfica, buscando obras de vários autores, internet e legislação vigente.

O trabalho foi dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo aborda-se os aspectos gerais acerca do instituto da adoção, abrangendo sua origem, histórico, evolução legislativa e princípios constitucionais aplicados na adoção.

No segundo capítulo, discorre-se sobre a legislação brasileira, a adoção e Lei atual, os efeitos e espécies de adoção.

E no terceiro e último capítulo buscar-se-á conhecer os obstáculos encontrados na adoção tardia.

Por fim, as considerações finais, encerrando o presente trabalho.

1 O INSTITUTO DA ADOÇÃO

O Instituto da adoção visa proteger as crianças e adolescentes que tiveram suas famílias desfeitas por vários fatores como o desinteresse dos pais, aos maus tratos, e outros fatores sociais que contribuíram para que ocorresse uma situação de abandono, concedendo-os a outra família que seja capaz de garantir seus direitos bem como atender as necessidades emocionais, materiais e sociais para o seu desenvolvimento.

1.1 Conceito e breve histórico sobre adoção tardia

Em princípio, pode-se considerar a adoção, conforme menciona Venosa, com sendo "uma modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural. Daí ser também conhecida como filiação civil, pois não resulta de uma filiação biológica." (2005,p.295)

Para Diniz:

A adoção vem a ser o ato jurídico pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente lhe é estranha. (2002, p.423).

Segundo Rizzardo, a adoção constitui-se no "ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho. Em última análise, corresponde à aquisição de um filho através de ato judicial de nomeação

Para Gomes:

Adoção vem a ser o ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente de procriação, o vínculo da filiação. Trata-se de ficção legal, que permite a constituição, entre duas pessoas, do laço de parentesco do 1º grau na linha reta." (1983, p. 340).

Segundo Wald, “a adoção é uma ficção jurídica que cria o parentesco civil. É um ato jurídico bilateral que gera laços de paternidade e filiação entre duas pessoas para as quais tal relação inexistia naturalmente” (1985,p.164)

Sobre a sua evolução, o instituto adoção tem sua origem na antiguidade, onde os povos já o usavam para assegurar a perpetuidade dos cultos domésticos, sendo usado no sentido religioso como um recurso para garantir a continuação da família, quando a falta de descendentes era considerado uma desgraça, como destaca Silva Filho:

A adoção é instituto milenar encontrado em todos os povos da antiguidade. Na sua origem mais remota tinha sentido essencialmente religioso, na medida em que visava perpetuar o culto doméstico dos antepassados.(2009, p.20).

O começo e o término da adoção estavam ligados à religião, pois tinham finalidade religiosa e deveriam preencher certos requisitos que segundo Silva Filho, eram três:

A do chefe de família estéril, que poderia obter posteridade pela união de sua esposa com seu irmão ou parente; a da obrigatoriedade de casamento da viúva, sem filhos do marido, com o parente mais próximo deste; e a do chefe de família sem filho varão, que poderia encarregar a sua própria filha de lhe criar um filho (neto) para si”.(2009, p. 21).

O Código de Hamurabi, passando da Índia à Babilônia, disciplinou o Instituto da adoção, estabelecendo bases e limites na integração do adotado com a família adotiva segundo Rizzardo:

Nos caracteres cuneiformes aparece sua prática na Babilônia, em trechos como no parágrafo n.º 185: “ Se um awilum adotou uma criança desde seu nascimento e a criou, essa criança adotada não poderá ser reclamada.” E no parágrafo n.º 186. “ Se um awilum adotou uma criança e, depois que a adotou, ela continuou a reclamar por seu pai ou por sua mãe, essa criança adotada deverá voltar à casa do pai.(2008, p. 541.)

Veronese, destaca que:

Na antiguidade encontra-se a adoção no Código de Manu (aquele a quem a natureza não deu filhos, pode adotar um para que as cerimônias fúnebres não cessem), no código de Hamurabi, com o único fim de assegurar a continuidade do nome, dos bens. Nesse contexto, portanto, a figura do adotado era secundarizada ”(2004, p.14).

Silva Filho leciona que Lei do Liverato, mencionada entre os Hebreus, era uma forma de adoção e determinava que "a viúva deveria casar-se com o irmão do defunto para suscitar a descendência para que o nome não fosse extinguido de Israel"(2009,p.22).

Silva Filho menciona que "a Bíblia em seus textos relata casos de adoção como o de Ester que foi adotada por Mordoqueu. Manassés e Efraim, filhos de José, que foram adotado por Jacó e passaram a ser nome de duas tribos de Israel".(2009, p. 22) .

Moisés foi caso mais conhecido de adoção no Egito, que foi adotado pela filha de Faraó sendo criado com membro da corte, visto que essa condição foi adquirida através da adoção de acordo com Silva Filho.

O caso de Moisés constitui a regra e não a exceção, pois no antigo Egito, a escolha do faraó era realizado por um processo similar ao da adoção. Selecionavam-se os alunos mais promissores das Escolas da Vida que, em seguida, eram "adotados" pela Casa Real e submetidos a um longo treinamento, até que um deles, despontando como o melhor dentre todos, fosse gradativamente preparado para sagrar-se como faraó.(2009, p.23).

Já em Atenas, segundo Silva Filho "é que se encontravam regras objetivas sobre a adoção, sendo que só os cidadãos gozavam do direito de adotar e ser adotado. Podiam ser adotados tanto homens como mulheres. Os escravos e estrangeiros não podiam adotar nem serem adotados" (2009, p.22)

O ato era solene e exigia a intervenção do magistrado, salvo hipótese de testamento. Rompia os laços com a família de origem. A ingratidão era causa de revogação do ato. (2009.p.23)

A adoção tinha finalidade religiosa como afirma Silva Filho, ao escrever que, "todavia, a inspiração do Instituto era essencialmente religiosa, com a preocupação básica de assegurar a perpetuidade do culto doméstico, impedindo a extinção da família". (2009, p. 24)

De acordo com Rizzardo, nos países de direito romano a prática da adoção sempre existiu, sendo que estabeleceram bases legais que fundamentou o desenvolvimento e a expansão influenciando nos direitos dos países ocidentais

O direito romano conheceu três tipos de adoção: como ato de última vontade (*adoptio per testamentum*), adoção realizada entre interessados em que o adotado capaz se desligava de sua família e se tornava um herdeiro do culto do adotante (*adrogatio*) e a entrega de um incapaz ao adotante com a concordância do representante legal do adotado (*datio in adoptionem*).”(2008, p.143)

Costa destaca que “em Roma, o instituto adoção ganhou extraordinário desenvolvimento, acompanhando as profundas transformações da família romana.(1998,p. 43).

Rizzardo, sobre o assunto anota que:

Foi em Roma, no entanto, onde mais se desenvolveu o instituto, com a finalidade primeira de proporcionar prole civil àqueles que não tinham filhos consangüíneos. Nos primórdios do Direito, conheciam-se duas espécies: a ad-rogação, significando que um *pater* famílias adotava uma pessoa e todos os seus dependentes, com a participação da autoridade pública, a intervenção de um pontífice e a anuência do povo, convocado por aquele; e a adoção no sentido estrito, pela qual o adotado passava a integrar a família do adotantes na qualidade de filho ou neto. O magistrado era quem processava o pedido e decidia sobre a concessão.”.(2008,p. 541.)

Silva Filho destaca que “em Roma, o sentido da palavra adoção é diverso do empregado nos dias modernos e foge do campo afetivo. Estando vinculado a um conceito próprio de hierarquia decorrente em grande parte da religião, todos os descendentes estavam ligados ao *pater*.” (2009, p.24)

Costa diz que “em Roma, reconhecia-se ainda, uma terceira forma, a adoção testamentária, que foi o modo escolhido por Júlio César para adotar o sobrinho Otávio(*adoptio per testamentum*)”.(1998,p.47)

Rizzardo expõe que “mais tarde, com Justiniano, foi simplificada a adoção. O pai natural e o adotante compareciam com o filho na presença do magistrado e expressavam a disposição de o primeiro entregar o filho e o segundo de adotá-lo. Lavrava-se um termo de adoção, que passava a ser o documento comprobatório da nova filiação.” (2008, p.38)

Na Idade Média o termo “adoção” caiu em desuso, por contrariar os interesses dos senhores feudais, no que diz respeito aos direitos hereditários, e também porque a Igreja considerava que a adoção contrariava os princípios formadores da família cristã e do

sacramento do matrimônio que tinha como finalidade a procriação de acordo com Rizzardo:

Com a invasão dos bárbaros, manteve-se o instituto por motivações diversas, tendo caído em desuso na Idade Média e, sobretudo, ignorado pelo Direito Canônico, uma vez que o conceito de família cristã, era fundado no matrimônio. (2008, p. 144.)

Martins Costa destaca que “a igreja exerceu forte influência, contrariamente à adoção, uma vez que a constituição de um herdeiro prejudicava a *donatio post obitum*, feita pelos ricos que morriam sem deixar descendência” (1998, p.49)

Veronese também faz referências a esse assunto mencionando que:

Na idade Média, o instituto teve uma significativa diminuição por ser considerado como algo que estava afrontar diretamente os interesses econômicos da igreja católica, pois alguém que não possuísse filhos deixaria seu patrimônio para a igreja, de modo que adoção quebraria esse processo. Assim o Instituto não teve nenhum tipo de previsão no Direito Canônico”. (2004, p.34)

Com o início da Idade Moderna o instituto da adoção passa por um processo de renascimento com o Código de Napoleão que restaurou a adoção na França por fortes propósitos políticos, visto que precisava de um sucessor conforme destaca Rizzardo:

Por longo período entrou em declínio a adoção, até que foi restaurada no tempo de Napoleão Bonaparte, que não tinha herdeiros para a sucessão. Constatou-se introduzida no Código Civil. Mesmo assim, raramente era colocada em prática. (2008, p. 542.)

Segundo Silva Filho:

A adoção teria sido pouco praticada durante o século XIX. A partir do princípio do século XX, em virtude da Primeira Guerra Mundial, a adoção passou a preocupar os legisladores, visando amparar os órfãos de Guerra. Deu-lhe nova feição, de cunho caritativo e de ampla aplicação social, como observa a maioria dos autores.” (2008, p.32).

Nota-se, que a partir do século XX, a adoção passa ser objeto de estudos, regulamentações em vários congressos, sendo então, assunto discutido em diversas convenções e tratados internacionais.

1.2 Evolução legislativa da adoção no Brasil

De acordo com Silva Filho o autor do Código Civil de 1916, Clóvis Beviláqua, conceitua a adoção como o ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho. Não era um modo normal de constituir família, mas um meio supletivo de ter filhos. (2009, p.36).

Segundo Veronese, os conceitos jurídicos sobre adoção, pode-se afirmar que são formulados a partir da visão contratualista do Código Civil Brasileiro de 1919, bem como Leis Posteriores ratificaram o caráter de ato jurídico solene, bilateral, estabelecido de acordo com a vontade dos particulares.(2004, p.19)

Silva Filho escreveu que:

É no revogado Código Civil (lei. 3.071. de 01.01.1916) que a adoção recebe disciplina sistematizada. Mas houve resistência, como anotou o próprio Clóvis Beviláqua, ao justificar o instituto da adoção no Projeto do Código Civil. Descreveu que o Dr. Gonçalves Chaves, membro da Comissão do Senado encarregado de estudar o projeto do Código Civil em elaboração, opinou pela eliminação do instituto da adoção, que lhe parece antiquado e sem função no momento jurídico de então.(2009, p. 35)

Conforme Diniz :

Duas eram as espécies de adoção admitidas em nosso direito anterior: a simples, regida pelo Código Civil de 1916 e Lei n.3.133/57, e a plena regulada pela Lei n. 8.069, arts. 49 à 53 . A adoção simples ou restrita, era a concernente ao vínculo de filiação que se estabelece entre o adotante e ao adotado, que pode ser pessoas maior ou menor entre 18 e 21 anos, mas tal posição de filho não era definitiva ou irrevogável. Era regida pela lei n. 3.133, de 8 de maio de 1957, que havia atualizado sua regulamentação pelo Código Civil de 1916.(2002, p. 424).

A forma de se instituir a adoção, segundo Silva Filho(2009, p.38), era a escritura pública, sem termo ou condição e sem assistência do poder público (arts.134, I, e 375, CC/ 1916) a qual seria averbada no livro de registro de nascimento (art. 29, parágrafo 1º, e art. 102, 3º, da Lei 6.015\1973), não implicando no cancelamento de nascimento original.

O Código de Menores, instituído pela Lei 6.697, de 10.10.1979, encampou princípios advindos com a Lei 4.665\65, que

institucionalizou a legitimação adotiva, bipartindo a adoção em simples e plena.

Segundo Rodrigues, assim diferenciavam-se as duas formas de adoção:

[...] A adoção simples, disciplinada no Código Civil, criava um parentesco entre adotante e adotado, parentesco este que se circunscrevia a essas duas pessoas, não se pagando jamais os indícios de como esse parentesco se constituía. Ela era revogável pela vontade concordante³ das partes e não extinguia os direitos e deveres resultantes do parentesco natural.

A adoção plena, ao contrário, apagava todos os sinais do parentesco natural do adotado, que entrava na família do adotante como se fosse filho do sangue. Seu assento de nascimentos era alterado, os nomes dos progenitores e avós paternos substituídos, de modo que, para o mundo, aquele parentesco passava a ser o único existente. (1995, p. 322-323)

Sobre o Código de Menores, Custódio ensina que:

A doutrina do Direito do Menor teria sua primeira versão organizada com a proposta do primeiro Código de Menores no Brasil, iniciado com a edição do Decreto 5.083, de dezembro de 1926, e manifestando o interesse governamental na elaboração de uma legislação que consolidasse toda a produção normativa referente à matéria. (2009, p.16)

De acordo Diniz “pelo Código Civil atual (arts.1.618 à 1.629) a adoção simples e a plena deixam de existir. A adoção passa a ser irrestrita, trazendo importantes reflexos nos direitos da personalidade e nos direitos sucessórios (2002, p. 425).

A Lei 8.069, de 13.07.1990. (Estatuto da Criança e do Adolescente), trouxe disciplina diferenciada em relação a adoção plena.

Silva Filho explica:

Não custa assinalar que a própria evolução social e o transcurso do tempo acabaram por demonstrar que as tradicionais instituições jurídicas sobre os menores foram perdendo progressivamente a sua operatividade, sobretudo porque se voltavam aos menores considerados em situações irregulares. O ECA destaca o direito de a criança e o adolescente serem criados e educados no seio de sua família e, “excepcionalmente, em família substituta”(art.19), “proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (art.20). Suprimiu-se a situação anterior de proteção ao menor sem situação irregular, para se estender a toda e qualquer criança ou adolescente que se encontre em situação de desamparo.(2009, p.20).

Na Constituição Federal de 1988 todo o tipo de discriminação foram abolidas e a adoção simples e a plena são unificadas, tornando-

se irrevogáveis e proibindo qualquer tipo de constrangimento em relação aos filhos adotivos (art.227, § 6, da CF).

Surge então o Estatuto da Criança e do Adolescente que regulamentou as diretrizes traçadas pela Constituição de 1988.

Sobre o ECA, Verones leciona:

Ao colocar-se como instrumento jurídico regulamentador do texto constitucional, tem o relevante papel de como lei proclamadora de direitos individuais e sociais ser um efetivo instrumento de transformação não apenas de estruturas, mas de construir uma nova mentalidade, poder-se-ia mesmo dizer de uma nova cultura em favor da infância e da juventude.(2006,p.21).

Custódio afirma que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente destinou segmento específico para tratar da prevenção contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Não se pode confundi-la com a idéia de prevenção contra atitudes de crianças e adolescentes, mas em efetiva proteção contra a violação de seus direitos. (2009, p.69)

A Lei 12.010/09 que dispõe sobre a convivência familiar foi aprovada , visando algumas alterações no processo de adoção. A medida torna a adoção menos burocrático para as famílias que tenham interesse e não permite que as crianças e adolescentes fiquem mais de dois anos em abrigos. (art 19, § 2º).

A idéia para a criação da nova lei se consolidou graças ao ECA, depois de passar por análise ela finalmente foi aprovada. As crianças que estão a procura de pais adotivos, agora poderão ter um cadastro nacional que agiliza o processo de adoção. (art.50, § 5º).

Entre tópicos que constituem a nova lei de adoção destacam-se:

- Preparo prévio dos pais adotivos para receber a criança no novo lar;
- Quando a criança é recolhida em pelo abrigo, os responsáveis devem comunicar o juiz dentro de 24 horas. (art.93)
- Poder público deve oferecer assistência as mães que desejam entregar os filhos a adoção.(art 8, § 4º)

- A adoção individual passa a ser mais valorizada.(art. 42)
- Adoção internacional, somente em último caso (art. 51, §1º, II)

Todas essas medidas deverão agilizar bastante o processo de adoção fazendo a inserção de crianças e adolescentes que sonham e tem direito a uma convivência familiar feliz e saudável.

1.3 Princípios Constitucionais aplicados à adoção

De acordo com Alves, O Direito da Criança e do Adolescente insere-se na categoria dos novos direitos e é “concebido como um sistema jurídico aberto e ordenável, de princípios regras e (valores), tendentes à efetivação da cidadania infanto-juvenil, no contexto do Estado democrático de Direito(2001, p.110).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adotou o Princípio da Não- discriminação, assegurando os direitos e garantias individuais e igualitárias a todas as pessoas sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação (art. 5º *caput*):

Art 5º: Todos são iguais perante a lei,sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade,à igualdade,à segurança e à propriedade , nos termos seguintes [...]

O Princípio do melhor interesse da criança está também relacionado à condição peculiar de crianças e adolescentes enquanto pessoas em desenvolvimento e que merecem cuidados especiais, sendo que os interesses que envolvam uma criança ou adolescente devem ser priorizados. De acordo com Alves.

O princípio do melhor interesse da criança situa a criança dentro de um quadro de garantia integral, evidencia que cada país deverá dirigir suas políticas e diretrizes tendo por objetivo priorizar os interesses das novas gerações; pois a infância passa a ser concebida não mais como um objeto de “medidas tuteladoras” o que implica reconhecer a criança sob perpesctiva de sujeito de direitos.(2001,p. 213.)

Sobre o referido princípio Dias explica que:

As expressões “efetivo benefício” ou “ reais vantagens” reportam-se ao princípio do “melhor interesse da criança”, presente nas cláusulas 3.1 da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil através do Decreto n. 99.710/90). Identificamos o “ melhor interesse da criança”, nos dias de hoje, como uma norma cogente, não só em razão da ratificação da Convenção da ONU (através do Decreto n. 99.710/90), mas, também, porque estamos diante de um princípio especial, o qual a exemplo dos princípios gerais do direito deve ser considerado fonte subsidiária na aplicação da norma. (2003, p. 166).

Já o princípio da prioridade absoluta representa uma nova descoberta da infância como menciona Veronese:

Pois sendo um dos princípios basilares da Teoria da Proteção Integral, os novos direitos conquistados para crianças e adolescentes estão consagrados dentro de uma lógica hierárquica, no sentido de atender primeiramente as exigências e garantias às crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes não devem ser mais vistas pelo olhar adulto e tampouco dominados por este. Cabe ao Estado, a sociedade e a família assegurar uma tutela protetional específica.(2006,p.15).

No Direito da Criança e do Adolescente, o princípio da participação popular tem contribuído grandemente na tomada de decisões necessárias à condição de vida de muitas crianças e adolescentes.

Liberati faz um histórico sob os acontecimentos que marcaram o período de políticas protetoras preocupadas com o bem estar da criança e do adolescente “a política voltada para crianças e jovens seria formulada a partir de uma excessiva centralização e verticalização, mais uma vez,e, ainda, alijando a participação popular.”(1993, p.24)

Conforme Alves, o Estatuto da Criança e do Adolescente “previu formas concretas de garantir a participação da sociedade civil em todas as fases da gestão da nova política de atendimento (prevenção, promoção, defesa) dos direitos da criança e do adolescente”(2006, p.141).

O princípio da humanização tem previsão legal no art. 15 do Estatuto da Criança e do adolescente, ao estabelecer que. “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.”

Nesse sentido, Veronese afirma que:

[...] o que significa afirmar a garantia da efetividade, dos direitos constitucionais, considerando a fundamentalidade desses direitos calcados nas necessidades básicas da população infanto-juvenil. O direito ao respeito pela criança e pelo adolescente consiste na inviolabilidade da sua integridade física, psíquica e moral, abrangendo a reserva da imagem, identidade, autonomia, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. (2006, p.22).

Por fim, sobre os princípios da irrevogabilidade e da irretroatividade Silva Filho leciona que:

A reafirmar a irrevogabilidade, no propósito de imitar a natureza ao art.49 do ECA dispõe que: “a morte dos adotantes não restabelece o pátrio poder dos pais naturais” Na doutrina e na jurisprudência, mesmo em época precedente ao Estatuto, já era prevalente o entendimento no sentido de que não se restabelece, aos pais biológicos, o poder familiar, se decaírem por qualquer motivo, os pais adotivos. No entanto, a adoção rompe, de forma definitiva, os vínculos naturais de parentesco, atribuindo a condição de filho ao adotado. Os efeitos da adoção são plenos, assegurando a irretroatividade, salvo a hipótese da adoção póstuma, em que se opera a retroação a data do óbito. (2009, p.272).

Segundo Liberati (1995, p.67) a irrevogabilidade da adoção é um efeito de importante grandeza, sedimentando as relações paterno filiais entre adotante e adotado.

A adoção traz profundas alterações não só jurídicas, mas também sociais e psicológicas de integração da criança a sua nova família, por isso que a medida tem que ser de efeito duradouro, irrevogável.

De todo o exposto, percebe-se que longa foi a evolução legislativa da adoção, refletindo as mudanças que se processaram na sociedade, buscando sempre atender o melhor interesse das crianças e adolescentes.

A seguir trataremos sobre a legislação brasileira e as garantias que ela traz no processo de adoção.

2. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E AS GARANTIAS PARA A EFICÁCIA NA ADOÇÃO

O vínculo que existe entre pais e filhos adotivos é de natureza civil e a relação que os une é determinada e regulada por lei.

Nesse sentido Diniz leciona que:

A adoção, hoje, no direito brasileiro, é uma realidade decorrente da atuação humana. Embora as causas sejam diferentes, não se conseguem dividir os laços que se formam entre filhos criados por aqueles que não geraram e entre filhos criados pelos pais de sangue. O vínculo parental, embora o consangüíneo decorra da própria natureza biológica, necessita de intervenção legislativa para ingressar no direito. (2006, p. 44)

A Constituição Federal de 1988 trata da família nos artigos 226 e seguintes. Em seu artigo 227, parágrafo 5º dispõe que “a adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte dos estrangeiros.”

A lei que regula esse parágrafo é o Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos 39 à 52 .

O ECA, em seus artigos 39 à 52 determina todo o procedimento para a adoção das crianças brasileiras, tanto por nacionais quanto por estrangeiros domiciliados e residentes no país pois, a Constituição Federal em seu artigo 5º, assegura a todos os que aqui residem a igualdade perante a lei. Diante disso mesmo que o brasileiro seja domiciliado e residente no exterior terá os mesmos direitos que o brasileiro que reside no país.

Hoje, no Direito brasileiro, existem duas formas de adoção. A adoção do maior de 18 anos continua a ser regida pelo Código Civil e a dos menores de 18 anos obedecem às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, Rizzardo ensina que:

Com o Código Civil de 2002, a adoção, na parte do direito substantivo, é regida por suas regras. O procedimento processual continua a seguir a Lei nº 8.069, no pertinente aos menores de dezoito anos. Quanto aos maiores, o procedimento é de jurisdição voluntária, regulado pelo Código de Processo civil. Em ambas as modalidades, o caminho é judicial, com a constituição do ato por meio de sentença. (2008,p.542)

E por fim, a nova lei Nacional de adoção, a Lei nº 12010/2009, que traz inovações e avanços que promoveram alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente e não dispõe somente em relação à adoção mas também sobre a garantia à convivência familiar, direito esse garantido para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

2.1 A adoção e a Lei atual.

A adoção no Brasil foi reformulada pela nova Lei de Adoção (Lei n.º 12.010/2009) sancionada em 03 de agosto de 2009, publicada no diário oficial da União em 04 de agosto de 2009.

Desde a promulgação da atual constituição em 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente em 1990, a adoção é considerada uma medida protetiva à criança e ao adolescente.

Neste sentido Dias menciona que "buscando dar efetividade ao comando consagrador do princípio da proteção integral, o ECA deu prevalente atenção aos interesses de crianças e adolescentes". (2006, p.386)

O Estatuto da criança e do adolescente sofreu uma reforma através da Lei nº 12010, de 03 de agosto de 2009.

Sobre a Nova Lei, Saboya, autora do projeto que deu origem à nova lei da adoção afirma:

Percorremos um longo caminho até chegar ao texto aprovado pelo plenário do Senado, que agora vai à sanção presidencial. O tema foi intensamente discutido tanto na Câmara quanto no Senado com juizes e promotores da área da infância e da juventude, representantes do governo federal, ONGs, organismos internacionais e grupos de apoio à adoção. Portanto, a nova lei da adoção nasce de um rico debate com a sociedade brasileira. Focada no direito à convivência familiar, já previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a nova lei avança ao estabelecer que o Poder Público esgote todos os recursos para reinserir as crianças em suas famílias de origem. E aqui temos outra importante conquista: o texto introduz o conceito de família extensa, que compreende os diversos graus de parentesco. Se a criança não puder voltar a viver com seus pais, poderá ser acolhida por parentes próximos como tios, avós ou primos. (2010)

Sobre o mesmo assunto, o relator da matéria no Senado, senador Mercadante (PT-SP), relata que:

A nova legislação “desburocratiza o processo, garante proteção integral à criança e ao adolescente e mostra que existem possibilidades de horizontes diferentes de adoção”. A adoção de crianças poderá ser feita agora por maiores de 18 anos, independentemente do estado civil, e, no caso de adoção conjunta, os adotantes deverão ser casados civilmente ou manter união estável. Também está prevista a criação de cadastro nacional e estaduais de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, bem como de pessoas ou casais habilitados à adoção.(2010)

O promotor de justiça Giácomo fez algumas considerações em relação à nova Lei e destaca que:

Após 19 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu a sua primeira grande reforma, por intermédio da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, a chamada “Lei Nacional de Adoção”, que promoveu alterações em nada menos que 54 (cinquenta e quatro) artigos da Lei nº 8.069/90 e estabeleceu inúmeras outras inovações legislativas, inclusive em outros Diplomas Legais, algumas de cunho meramente terminológico, outras muito mais profundas e significativas.

Em que pese sua denominação, a nova lei dispõe não apenas sobre a adoção, mas sim, como evidenciado já em seu art. 1º, procura aperfeiçoar a sistemática prevista na Lei nº 8.069/90 para garantia do direito à convivência familiar, em suas mais variadas formas, a todas as crianças e adolescentes, sem perder de vista as normas e princípios por esta consagrados.

Com efeito, a opção do legislador não foi revogar ou substituir as disposições da Lei nº 8.069/90, mas sim a elas incorporar mecanismos capazes de assegurar sua efetiva implementação, estabelecendo regras destinadas, antes e acima de tudo, a *fortalecer e preservar a integridade da família de origem*, além de evitar ou abreviar ao máximo o abrigo (que passa a chamar de *acolhimento institucional*) de crianças e adolescentes.(2010)

Muito mais do que o interesse dos adultos a nova Lei deu prioridade aos interesses da criança e o juiz definirá se a adoção trará benefícios tanto físico, emocional, moral e espiritual, deixando muito claro a necessidade de manter a criança no seio da família, restando o processo de adoção como última alternativa.

2.2 Efeitos Jurídicos da adoção

Os efeitos da adoção distinguem-se em efeitos pessoais e efeitos patrimoniais:

Ishida, lecionando sobre os efeitos da adoção assim dispõe:

A adoção gera efeitos pessoais e patrimoniais. Dá nascimento á relação de parentesco (art. 1.628 do CC de 2002). A pessoa adotada Té o direito de usar os apelidos do adotante juntamente com os nomes dos pais naturais (art. 1.627 do CC de 2002) . Pode, contudo, preferis suprimir os apelidos dos apis naturais, mantendo somente os apelidos dos pais adotantes. Esta é a situação mais usual na prática da Vara da Infância e da Juventude. Quanto aos efeitos patrimoniais, um deles é a obrigação do adotante de sustentar o adotado enquanto durar o poder familiar (art. 1.634 do CC de 2002).

Iniciam-se os efeitos da adoção com o trânsito em julgado da sentença constitutiva. Se após a propositura da ação, ou seja, no decorrer do processo, o adotante falecer a adoção terá força retroativa à data do óbito, caso em que configura a adoção póstuma.

Passamos a analisar os efeitos da adoção individualmente.

2.2.1 Efeitos pessoais

Os efeitos pessoais referem-se ao nome do adotando, às relações com o parentesco de sangue e às relações com o parentesco adotivo.

O Estatuto da Criança e do adolescente dispõe em seu art. 47, “que o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial [...]”.

E conforme o art. 41 da lei n. 8.069/90: “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios

O legislador, desta forma, concretizou através da sentença judicial o vínculo familiar, ou seja, a constituição de uma nova família para o adotado, através da sentença proferida.

2.2.2 Extinção do vínculo com a família biológica e inserção na família substituta

A extinção de qualquer vínculo entre o adotado e seus pais biológicos é sem dúvida o principal efeito da sentença que concede a adoção, constituindo assim novo vínculo filial. Nesse sentido Rizzardo leciona que:

Com a sentença, ocorrem a constituição da filiação adotiva e o fim da filiação natural. O adotado passa a integrar a família do adotante, desvinculando-se da família de sangue, exceto quanto aos impedimentos matrimoniais. Ingressa definitivamente na família adotiva, sem que seja restabelecido vínculo com os pais naturais no caso de falecimento dos adotantes.” (Direito de Família.6ª ed.2008.Rio de Janeiro: Editora Forense. Op Cit., p.589.)

Silva Filho ressalta a equiparação da seguinte forma:

Em harmonia com o princípio constitucional da igualdade ou por adoção (art.227,§ 6º, CF), o legislador estatutário dispôs que a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-se de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais (art.41, caput, ECA).(1997p.149.)

Para Rizzardo:

Tais princípios não são reproduzidos no Código Civil em vigor, dada a feição que se deu à adoção, que, aliás, já a imprimira a Lei nº 8.069: desaparecem completamente os laços anteriores, ou deixa de existir o parentesco que ligava o adotado aos progenitores naturais. Nem há qualquer diferença entre os filhos naturais e os adotivos.(2006, p.)

E de acordo com o art. 41 da Lei 8.069/90 “a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com os pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

2.2.3 Impedimentos matrimoniais

Os impedimentos para o casamento estão previstos no art. 1.521 do CC

Art. 1.521: Não podem se casar:

I- os ascendentes com descendentes, seja o parentesco natural ou civil;

II- os afins em linha reta;

III- o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.

IV- os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;

V- o adotado com o filho do adotante;

VI- as pessoas casadas

VII- o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Assim, não pode se casar o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem foi do adotante, nem o adotado com o filho do adotante.

Essa regra objetiva evitar uniões de caráter incestuoso que ofenda a moral e os bons costumes.

Essa ordem de impedimentos já existia em relação aos parentes da família anterior, além de passar a ter também impedimentos para casamento aos novos parentes da família substituta.

Albergaria diz que: “O filho adotivo enfrentaria por duas vezes os impedimentos matrimoniais: no parentesco consanguíneo e no parentesco adotivo”. (1990, p.141)

Silva Filho destaca que a “adoção, ao atribuir a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, com o conseqüente desligamento de qualquer vínculo com os pais e parentes sanguíneos, ressalva os impedimentos matrimoniais. (2009, p.167)

Neste sentido Rizzardo afirma que:

Atendendo o princípio constitucional de igualdade entre filhos, independente de sua origem e proibidas referências discriminatórias (§6º do art. 227, CF), o art. 1.626, CC, determina o rompimento do vínculo de filiação com a família de origem, admitindo duas exceções: nas hipóteses de “impedimentos matrimoniais” e quando “um dos cônjuges ou companheiro adota o filho do outro”. (2008, p.159)

E também destaca:

Tais princípios não são reproduzidos no Código Civil em vigor, dada a feição que se deu à adoção, que, aliás, já a imprimira a Lei nº 8.069: desaparecem completamente os laços anteriores, ou deixa de existir o parentesco que ligava o adotado aos progenitores naturais. Nem há qualquer diferença entre os filhos naturais e os adotivos.(2006, p.).

Sobre os motivos do impedimento matrimonial assim dispõe Silva Filho:

O casamento entre parentes é defeso na maioria das legislações de outros países. A justificar tal proibição levanta-se, de um lado, a necessidade biológica de proteção à prole; de outro, como fundamento de proteção à família, evitando o atentado à moral e aos bons costumes.(2009, p. 170).

Os impedimentos matrimoniais poderão ser invocados a qualquer tempo para proibir o casamento entre pessoas indicadas no art. 1.521 do Código civil.

2.2.4 Poder familiar

Finaliza-se uma história para inicia outra, sendo assim, é consequência lógica a perda do poder familiar dos pais biológicos que passará para os pais adotivos de forma total e irreversível.

O art. 1.635, IV do Código Civil, arrola a adoção como causa de extinção do poder familiar, esta transferência é decorrência normal da adoção, pois não se pode justificar o exercício conjunto entre pais biológicos e adotivos.

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

I- pela morte dos pais ou do filho;

II- pela emancipação, nos termos do art.5º, parágrafo único;

III- pela maioridade

IV- pela adoção

V- por decisão judicial, na forma do art. 1.638

Oliveira diz que "outro efeito pessoal decorrente da adoção é a perda do pátrio poder, em relação aos pais naturais. Dispõe o art. 392 que se extingue o pátrio poder pela adoção". (1999, p. 163)

De acordo com Rizzardo:

É decorrência normal da adoção esta transferência, pois não se justifica o exercício conjunto entre os pais de sangue e o pai adotivo, ou a mãe adotiva, ou a continuação com aqueles, quando o filho passou a conviver com o último ou a última. (2006 p.554).

Pontes de Miranda explicava com profundidade esta transferência: “também perde o pai ou mãe o pátrio poder, quando alguma pessoa adota o filho, pois que, em tal espécie, o pátrio poder, o pátrio poder acaba ao pai ou à mãe natural e nasce para o pai ou a mãe adotiva”. (p.171).

Silva Filho destaca que:

O ECA, bem como o Código Civil, dão os contornos do poder familiar: aos pais incumbe o dever do sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes, ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais⁹ ART. 22, eca E ART. 1.634, cc); o exercício do poder familiar será exercido, em igualdade condições, pelo pai e pela mãe, assegurado a qualquer deles o direito de , em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária para a solução da divergência (art.21, ECA e art. 1.631, parágrafo único, CC).(2009,p.226.)

Sendo assim, os pais biológicos perdem o poder familiar por extinguir-se a relação de parentesco, deixando de existir a obrigação de alimentar de um em relação ao outro, passando para os pais adotivos.

2.2.5 Efeitos patrimoniais

Os efeitos de caráter material da adoção compreendem a obrigação alimentar e o direito á sucessão.

2.2.6 Direito à prestação alimentar

Um dos efeitos patrimoniais da adoção é o direito à prestação alimentar, advinda com a inovação trazida pela Constituição federal de 1988, que prevê em seu art. 227, § 6º, que os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, têm os mesmos direitos e qualificações, equiparando a filiação decorrente da adoção, em todos os seus aspectos, à natural e legítima, estabelecendo, no entanto, impedimentos em relação ao matrimônio.

O artigo 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe acerca do assunto, reforçando a equiparação do filho adotivo ao filho consanguíneo, atribuindo os mesmos direitos e deveres deste, inclusive inerentes a sucessão

Neste sentido afirma Liberatti que:

Não há, portanto, qualquer restrição de ordem legal quanto à natureza da filiação. Em resumo, o filho é filho, não importando se foi concebido ou não, ou se é fruto da adoção, etc. Assim, não serão permitidas pela lei brasileira as expressões filhos legítimos e ilegítimos, filhos naturais, filhos adulterinos, filhos incestuosos, filhos adotivos. A filiação, agora, é sempre legítima e uma só. (1995, p. 67)

Observa Dias que “o adotado adquire os mesmos direitos e obrigações de qualquer filho: nome, parentesco, alimentos e sucessão” (2006, p. 386)

Desta forma, nasce entre o adotante e o adotado o dever recíproco de prestar alimentos, como acontece entre pais e filhos naturais.

2.2.7 Direito à sucessão

Outro efeito patrimonial é o direito que o adotado tem à sucessão do adotante.

A Lei n. 4.655/65 impunha tratamento desigual ao filho adotivo quando este concorria com o filho natural, o adotivo herdava apenas a metade do que cabia aos filhos biológicos sobreviventes.

A lei n. 6.697/79, Código de Menores, em seu artigo 37 equiparou os filhos ilegítimos aos consangüíneos, da seguinte forma: "A adoção plena é irrevogável, ainda que os adotantes venham a nascer filhos, aos quais estão equiparados aos adotados, com os mesmos direitos e deveres".

A Constituição Federativa do Brasil, veio ao encontro dessa equiparação de forma definitiva, nos termos do art. 227, §6º, revogando o referido preceito constitucional, o que estabeleciam os artigos 377 e 1.618 do Código Civil de 1916, que excluía o adotado de participar da sucessão hereditária.

O ECA (Lei 8.069/90) reitera inúmeros destes dispositivos, dispondo no art. 41 que o adotado possui todos os direitos sucessórios de qualquer outro filho.

Dessa forma conclui-se que os filhos havidos ou não da relação matrimonial, ou tidos por adoção possuem os mesmos direitos, sendo vedadas quaisquer discriminações em relação à filiação.

Nota-se que a Constituição Federal de 1988, ao considerar o filho adotivo em igualdade de direitos e deveres ao filho natural, atingiu também os seus parentes no que diz respeito ao direito sucessório.

Nesse sentido reafirma Dias: "a Constituição eliminou qualquer distinção em matéria de filiação. Assim, a partir de sua vigência, o filho adotivo tem os mesmos direitos sucessórios do filho biológico". (2006, p. 399)

Assim, de acordo com Madaleno;Cunha,"a nova relação familiar que nasce da sentença constitutiva estabelece para os pais adotivos os mesmos direitos e obrigações, à semelhança da relação biológica". (2008, p.148).

Rizzardo explica que "além disso, o texto constitucional expressamente impõe que os filhos havidos por adoção terão os mesmos direitos e qualificações que aqueles biológicos, ou nascidos durante o casamento".(2008, p. 558)

Diante disso podemos dizer que o estatuto e o preceito constitucional estão em harmonia, pois um concede o direito patrimonial e o outro legitima-o.

2.3 Espécies de adoção

2.3.1 Adoção “à brasileira”

De acordo com Silva Filho:

Trata-se de adoção direta, também conhecida como “a brasileira”, daquela em que um casal registra, como sendo seu, filho de outrem. É de se ressaltar que podem os “pais adotivos” ser penalmente responsabilizados, já que o art. 242 do Código Penal reputa como crime “dar parte alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil”, cominando pena de reclusão, de dois a seis anos”.(2009,p.139)

Para Zeger :

A chamada “adoção à brasileira”, na qual uma pessoa ou casal pega uma criança para criar sem qualquer formalidade legal e a registra como se fosse seu filho biológico ,é crime punível com pena de reclusão de dois a seis anos (2004, p.110)

De acordo com Dias “Há uma prática disseminada no Brasil – daí o nome pela jurisprudência – de o companheiro de uma mulher perfilhar o filho dela, simplesmente registrando a criança como se fosse seu descendente”.(2006, p. 394)

Fonseca afirma que:

Algumas outras práticas de adoção acontecem, como por exemplo: a adoção à brasileira - na qual o adotante registra com seu filho uma criança – o que se caracteriza como crime tipificado; as adoções prontas, situações em que os envolvidos – família adotante e família biológica- fazem arranjos entre si e estabelecem a adoção,recorrendo ao Poder Judiciário posteriormente para regularizar a situação(Práticas Psicológicas e reflexões dialogadas.1ª Ed.2005. São Paulo : Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, p.128

Franco,alerta :

Urge, também, levar os pretendentes á adoção à compreensão de que caminhos aparentemente mais rápidos, como o da “adoção á brasileira, muitas vezes realizadas com a ajuda de intermediários, estão sujeitos a muitos riscos podendo gerar intensos sofrimentos à família- pais e filhos”.(2007, p.29)

Serejo define como "adoção simulada ou á brasileira, cuja prática constitui ato ilícito e ocorre quando o adotante reconhece o adotado, no assento do nascimento, como se seu filho fosse". (2006, p.51)

Sendo assim, a doutrina convencionou como "adoção á brasileira" como forma de receber uma criança ou adolescente para o convívio familiar, sem a observância das formalidades legais.

2.3.2 Adoção póstuma

Segundo Bandeira "objetiva fundamentalmente respeitar a vontade do adotante, que após inequívoca manifestação da vontade e iniciado o processo judicial da adoção vem a falecer no seu curso, antes da prolação da sentença". (2001, p. 65)

De acordo com Luz:

O STJ decidiu que pode ser deferida a adoção póstuma ao adotante que, após propor seu pedido na justiça, vem a falecer no curso do procedimento e antes da sentença desde que haja evidente manifestação de vontade e demonstração do laço de afetividade existente entre ele e o adotando. (2009, p.121)

Estabeleceu o art. 42 do ECA do seguinte:

Art. 42- Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente do estado civil.

§ 5º - A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade , vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

Para Dias:

A sentença de adoção possui eficácia constitutiva e seus efeitos começam a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença (ex nunc), não produzindo efeito retroativo. Contudo, a lei abre exceção na hipótese do falecimento do adotante no curso do processo: o efeito da sentença retroage á data do falecimento. (2006, p. 393)

Serejo destaca que "a adoção pós morte dar-se á quando, após inequívoca manifestação de vontade, sobrevier a morte do

adotante, hipótese em que a adoção retroagirá a data do óbito (ECA art. 42,§5º,e art. 47,§6º). (2006, p.51).

2.3.4 Adoção Unilateral

De acordo com Bandeira:

Verifica-se quando um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro. O pátrio poder e o vínculo de filiação do cônjuge ou concubino do adotante permanecem íntegros, nos termos do § 1º do art. 41 do ECA. O adotado desliga-se definitivamente do vínculo de filiação do pai ou mãe biológica, excluídos os impedimentos matrimoniais, integrando-se completamente na nova família substituta.(2001, p. 67)

Dias afirma que “solvido os vínculos afetivos, a tendência de todos é buscar novos amores. Quando um ou ambos possuem filhos das uniões anteriores, há a possibilidade de o novo parceiro adotá-los. É o que se chama de adoção unilateral”. (2006, p.391)

Segundo Serejo:

A adoção unilateral esta prevista no art. 41, §1º do Estatuto e se trata da hipótese onde um dos cônjuges ou concubino adota o filho do outro , mantendo-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes.(2006, p.51)

Silva Filho destaca que:

A inexistência de impedimento legal quanto ao estado civil permite concluir que, individualmente, podem adotar as pessoas solteiras, viúvas, divorciadas, separadas judicialmente. Poderão, ainda, fazê-lo, singularmente, os cônjuges e concubinos, na coexistência do casamento ou da união estável (art. 41 § 1º, do ECA).(1997, p.91)

Madaleno; Cunha definem:

Conhecida como “adoção unilateral” sua peculiaridade se apresenta quando a substituição se dá apenas na linha paterna ou materna. Na forma do art. 21, ECA, o cônjuge ou companheiro do adotante não perde o Poder Familiar, exercendo-o em conformidade com o outro. (2008, p. 159)

2.3.5 Adoção internacional

Bandeira destaca que “a adoção postulada por estrangeiros residentes ou domiciliados fora do país é exceção, já que a regra é a colocação da criança ou adolescente em família substituta brasileira a teor do que dispõe o art. 31 da Lei nº 8.069/90”. (2001, p. 82)

De acordo com Dias:

O Código Civil delega a adoção por estrangeiros a lei especial (CC 1.629), que ainda não foi editada. Aplicam-se pois as escassas normas do ECA. O Brasil ratificou a Convenção Relativa à Proteção e a Cooperação Internacional em Matéria de adoção Internacional, de 1993. Assim, passou o Ministério Público a ser responsável pelas adoções internacionais. Ao admitir a adoção somente por meio de agências, e proibir os advogados de atuarem, tais exigências geram sérios obstáculos à operacionalização da medida de colocação familiar. (.2006, p.393)

Rizzardo destaca que:

A adoção por estrangeiro, residente ou domiciliado fora do país, representou, em certo momento, um dos assuntos que vários problemas trouxe às autoridades públicas, colocando em suspeita esta forma de filiação. Não se pode acompanhar o destino dos menores adotados, e que passam a residir no exterior. Houve quem suspeitasse, e o assunto foi muito propalado, que a adoção nada mais significava que a tentativa, senão de uma forma, de emprestar um cunho legal ao tráfico de menores, com objetivos escusos e altamente duvidosos, como o de extirpar órgãos internos do corpo para implante em outra pessoa.” (2008, p. 602).

Para Dias “trata-se de adoção admitida constitucionalmente, sendo delegado à lei o estabelecimento dos casos e das condições de sua efetivação por estrangeiros (CF 227 §5º)”. (2006, p.201)

A adoção internacional dá a criança ou adolescente à possibilidade de viver em um novo lar em outro país desde que obedecida as normas do País do adotado e do adotante.

2.3.6 Intuitu personae

Como leciona Silva Filho “na adoção *intuitu personae* existe um prévio acordo entre os pais do adotando e os adotantes, visando que estes adotem a criança”. (2009, p.137)

Determina o Eca que, em cada comarca ou foro regional, haja o registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas e de pessoas interessadas em adotar (ECA 50). Para serem incluídos nesse rol, os pretendentes à adoção devem ser considerados aptos, após a realização de entrevistas e estudo social.”

Existe uma exacerbada tendência de sacralizar a lista de preferência e não admitir, em hipótese nenhuma, a adoção por pessoas não inscritas. É de tal intransigência a cega obediência á ordem de preferência que se deixa de atender à listagem. Muitas vezes o candidato não se submeteu ao procedimento de inscrição até porque jamais havia pensado em adotar. É o que se chama de *intuitu personae*, em que há o desejo de adotar determinado indivíduo.”.(Manual de Direito das famílias, 3ª Ed.2006.São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, p.395)

Abreu simplifica “A prática de se chegar ao juizado com uma criança “abandonada” dá-se pois o nome de “adoção pronta” ou *intuitu personae*” (2002, p.56)

Refere-se o art. 50, aos chamados cadastro de pessoas interessadas em adoção e de crianças e adolescentes aptos à adoção . Embora existam controvérsias e seja aconselhável o respeito, sempre que possível à ordem cronológica da inscrição no cadastro, o que deve prevalecer é o interesse da criança ou adolescente, observando que a adoção deve implicar reais vantagens para o adotante, sendo possível a não observância da ordem cronológica, se isto significar prejuízo ao adotando..

A Nova lei da adoção traz algumas exceções de acordo com o Art. 50,§13, I. II e III:

Art 50. § 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:
I - se tratar de pedido de adoção unilateral;
II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade;

III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

Silva Filho afirma que:

Por óbvio, os interessados nessa modalidade de adoção deverão apresentar os mesmos requisitos objetivos, aquelas condições básicas pela lei impostas aos que pretendem adotar. Não se poderia, ex vi do princípio da proteção da criança e da primazia do seu interesse, permitir que a adoção se consolidasse no caso de os adotantes não oferecerem as condições exigidas pela legislação adocional. (2009, p.137)

Dias explica que:

Em todas essas hipóteses, deve-se atentar ao direito da criança de ser adotada por quem já lhe dedica carinho, diferenciado, em vez de priorizar os adultos pelo só fato de estarem incluídos no registro de adoção. Não sendo a pretensão contrária ao interesse da criança, injustificável negar a adoção por ausência de prévia inscrição dos interessados. (2006, p.395)

Silva Filho completa, “assim, os casos devem ser analisados conforme suas próprias características, individualmente, pois muitas vezes a genitora escolheu uma boa família a que entregar seu filho. (2009, p.138).

2.3.8 Adoção tardia

Vargas define da seguinte forma:

A adoção é considerada tardia quando a criança a ser adotada tiver mais de dois anos. Tais crianças ou foram abandonadas tardiamente pelas mães, que, por circunstâncias pessoais ou sócio-econômicas não puderam continuar se encarregando delas ou foram retiradas dos pais pelo Poder judiciário, ou, ainda foram “esquecidas” pelo estado desde muito pequenas em “orfanatos” que, na realidade, abrigam uma minoria de órfãos com já levantado anteriormente. (1998, p. 35)

Hutz citando Weber “tecnicamente, considera-se uma adoção tardia quando a criança tem idade acima de dois anos de idade”(2007, p.29)

De acordo com Levinzon “usa-se o termo “adoção tardia quando a criança é adotada a partir dos 03 anos de idade.”(2004, p.22)

Para Silva Filho:

A adoção de crianças com mais de dois anos de idade tem sido compreendida como “tardia”.Nessa linha de conceituação, parte-se do pressuposto de que “a criança terá mais facilidade de reconstituir novos vínculos significativos com os pais adotivos se lhe foi possível estabelecer vínculos precoces positivos.” (2009 , p.143)

E encerra dizendo que: “é de se frisar que adoção tardia deve ser estimulada, principalmente porque é voz corrente entre nós que brasileiros só adotam recém-nascidos, ou que os “velhos” não podem adotar”. (2009,p.145)

O estudo realizado até o momento nos trouxe noções gerais acerca da adoção, sendo que a partir do próximo capítulo, vamos adentrar no tema específico do trabalho.

3 OS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS NA ADOÇÃO

Existem vários fatores que influenciam na hora da adoção, sendo a idade é um dos grandes obstáculos além de outros.

Os mitos criados em torno da cultura já posta são fortes obstáculos para a realização da adoção tardia na atualidade brasileira como veremos a seguir.

3.1 O período de adaptação

Esse é o período de experiência no sentido de se verificar a adaptação da criança e pretendentes, bem como da criança ao novo ambiente, para aprenderem mais sobre a criança que acaba de chegar, se informarem sobre sua saúde, seus hábitos alimentares e sua personalidade, buscando a construção de vínculos familiares.

Como menciona Simon, “nesse processo de constituição de um novo vínculo familiar, para que se possa oferecer à criança uma lar adequado as suas necessidades e exigência é preciso antes de tudo conhecê-la.”(2005,p.54)

Sobre isso discorre Pauliv:

Os pretendentes à adoção de criança maior necessitam de um período de adaptação com ela. A criança ou adolescente pode estar se sentindo culpado por não ter sido adotado até a presente data, está com baixa auto-estima e no período “período de aproximação e convivência” é o momento de iniciar a conquista pelos novos pais. Este período será estabelecido pelo Juiz, após ouvir sua Equipe Técnica.

É o momento de se conhecerem, sendo cercados de emoção, cuidados, observação e curiosidade. Afinal é a hora “do parto”. A criança perdeu os pais de origem e ganha novos pais que geralmente passaram por problemas de infertilidade. São duas situações, de lados opostos, que merecem atenção e cuidado.

Pais e filho poderão ter empatia ou poderá acontecer o contrário por parte de um deles. A criança também poderá não aceitar estes pais.(2008, p.48)

O período de adaptação não é uma caminho fácil a percorrer de acordo com Vargas:

Mesmo não tendo este trabalho um delineamento passível de generalização, podemos considerar que todo esse processo, que implica rupturas dolorosas e que se caracteriza por um período de intensa instabilidade, chamado estágio de convivência, requer um trabalho de acompanhamento técnico e específico a família.(p.149)

Nesse sentido Pivato menciona que “nesse estágio a criança passa por um convívio com o casal e este convívio é avaliado periodicamente por psicólogos e assistentes sociais, visitas familiares e pareceres técnicos. (2009, p.167)

Silva explica a importância do estágio de convivência.

O estágio de convivência, destinado a verificar se há ou não compatibilidade entre as partes (casal/família e criança) e incerteza quanto ao sucesso da adoção pode gerar nos pais a dificuldade a se comprometer afetivamente com a criança de forma completa e profunda, como uma maneira de se defender de possíveis sofrimentos causados pela “perda” dessa criança, caso venham a ser considerados inadequados para a adoção.

Segundo Zeger (2004, p.108) esse período é muito importante pois dá a oportunidade de avaliar na prática se estão realmente prontos para esse passo, bem como conhecer melhor o novo integrante da família.

Shine explica que:

Ao entregar qualquer criança ou adolescente, o juiz concede primeiramente aos adotantes um termo de guarda e responsabilidade e responsabilidade provisória e determina a realização do estudo psicossocial para verificar as vicissitudes do período de adaptação e a conveniência da constituição do vínculo.(2005, p.105)

De acordo com Hutz três são os estágios manifestados na adoção tardia:

O primeiro é de curta duração, mais vivido com intensa ansiedade, e refere-se à fase em que a criança/adolescente se esforça para agradar os pais adotivos. Nesse primeiro estágio, o comportamento afetivo pode ser sutil e ocorrer tão rapidamente, que muitas vezes nem é percebido pela família [...]

O segundo estágio é de longa duração, podendo ser bastante estressante e ameaçador para ambas as partes, já que é nessa fase que a criança testa sua nova família, para se proteger de possíveis sofrimentos e para perceber até que ponto ela é valorizada e amada.[...]

Por último o estágio da integração propriamente dita, que pode ser antecipado pela intercalações de progressões e regressões no comportamento da criança. (2007, p.30)

A fase de regressão é caracterizado pelo período em que a criança gostaria de ter nascido nesse novo lar para ser filho e reviver todas as sensações do “nascer de novo” apresentando condutas regressivas.

Hilsdorf explica que é a “adoção de atitudes e comportamentos de uma idade anterior.(2003,p.127).

Shine explica que “as crianças de mais idade geralmente chegam ansiosas, revelam necessidade de serem acolhidas afetivamente, mas, ao mesmo tempo podem manifestar o temor de não serem aceitas.(2005, p.107)

Nesse sentido, Carvalho menciona que:

A adoção é considerada tardia quando a criança a ser adotada tiver mais de 02 anos, porém, pode acontecer que não apresentem comportamentos compatíveis com a sua faixa etária, ou seja, não apresentem comportamentos compatíveis com a fuá faixa etária, ou seja, não apresentem relativa independência em relação ao cumprimento das tarefas para satisfação de suas necessidades básicas, portanto, usam fraldas, não andam sozinhas, não falam, etc., ou seja, as características desta adoção não será de adoção tardia, não apresentará comportamentos agressivos ou regressivos, pelas quais a maioria das crianças maiores passam.(2010).

Referindo ao o comportamento agressivo e regressivo Vargas afirma que:

O comportamento regressivo e a agressividade são amplamente referidos como parte do processo de adaptação, de acordo com a literatura e foram objeto de discussão na orientação aos pais, preparando-os para a possibilidade de os mesmos serem apresentados pela criança ou para trabalharem no momento da ocorrência.(1998, p.146)

O comportamento regressivo e a agressividade são amplamente referidos como parte do processo de adaptação:

Pestana constata que:

Os pais adotivos precisam ser flexíveis para atenderem às necessidades mais regressivas em momentos menos esperados e, ao mesmo tempo, firmes e refratários o bastante para suportarem os ataques retaliadores da criança, frequentemente dirigidos às figuras que a abandonaram, conforme apontado por vários autores.

Quando a criança alcança, no novo ambiente familiar, a satisfação de suas necessidades fundamentais pra reconstruir sua trajetória a partir dos novos modelos, ela rapidamente, pode evoluir para estágios posteriores.(2010).

Shine explica que “as crianças de mais idade geralmente chegam ansiosas, revelam necessidade de serem acolhidas afetivamente, mas, ao mesmo tempo podem manifestar o temor de não serem aceitas.(2005, p.107)

Nesse sentido, Simon, alerta ao dizer que :

É imprescindível que os profissionais esclareçam aos interessados em habilitar-se à adoção que qualquer criança, ao longo do seu desenvolvimento, irá apresentar distintas dificuldades inerentes aos processos de adaptação que enfrentará, independente de sua forma de filiação.(2005, p.51)

Diante da responsabilidade Weber fala da necessidade de preparação, porque nem todas as pessoas se preparam para ter um filho, seja biológico ou adotivo e, isso “refere-se a uma reflexão sobre as próprias motivações, riscos, expectativas, desejos , medos entre outros(1999, p.36)

Dispõe o art, 46: “A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso (ISHIDA,2000, p.100)

Shine (2005, p.105) menciona que o propósito da lei ao impor um período de convivência, regulamentado por termo de guarda provisório, é permitir não só a adaptação da criança ao novo contexto familiar, como possibilitar que os adotantes vivenciem os novos papéis parentais.

Trata-se de procedimento essencial à concessão da medida, o qual envolve o período de tempo de adaptação do adotando à nova família para a avaliação dos benefícios da constituição do vínculo, sendo que necessidade do preparo para a mudança que ocorrerá na

vida dos adotantes quando receberem uma criança maior, que já possui hábitos, carrega consigo uma bagagem que não pode ser ignorada. Essa situação poderá causar nos adotantes, medo e insegurança e eles terão que se adaptar não só aquela criança, mas aos seus hábitos e costumes.

3.2 A convivência familiar em família substituta

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu Art. 28. que colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

De acordo com Mafrei “Do ponto de vista das políticas em relação à criança , o ECA, pela primeira vez na história do Brasil , olha para a criança e seus sistema mínimo de proteção e pertencimento- A família.” (2008, p.44)

Segundo Rocha:

A legislação brasileira tem como regra geral a convivência de crianças e adolescentes com suas famílias naturais. Conforme já citado anteriormente, o artigo 19 do ECA é explícito ao indicar que toda criança e todo adolescente brasileiro “tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.” Nos casos em que seus direitos estão ameaçados ou já foram efetivamente violados, o estatuto prevê, no artigo 101, uma série de medidas que antecedem e procuram postergar ou evitar a suspensão do poder familiar. Entre essas citam-se, por exemplo, o encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais, mediante termo de responsabilidade; a inclusão da família em programas oficiais de auxílio; e a frequência obrigatória da criança à escola. No rol dessas medidas, consideradas preventivas ao abrigamento e à destituição do poder familiar, o ECA estabelece, como última opção a ser adotada, a colocação em família substituta, o que pode se dar mediante as forma de guarda, tutela e adoção. (2004,p.219)

Para Silva família substituta é “aquela que se propõe a trazer de volta para o convívio doméstico uma criança ou adolescente que, por qualquer circunstância, foi desprovido da família de origem”. (2007, p.122)

De acordo com Faromeno “ é a família que assume a criação de uma ou mais pessoas com as quais não tem laço de parentesco.(p.46)

Sobre a convivência ensina que:

Outro aspecto importante é a revelação . que deve ser feito pelos pais adotantes, a fim de que as mesmas venham conhecer sua história de vida, sem segredos familiares que geram tensões e mal-estar. Nesse sentido amor e confiança deve andar de “mão dadas” , e o diálogo deve ser o instrumento fundamental para a família.

É importante lembrar que em qualquer família,a intimidade da família traz o desafio de aceitar as diferenças e exige de todos a arte de fazer acordos, diálogo, e que é possível predominar o entendimento ao invés de clima de tensão. Até na família biológica é preciso que ocorra “a adoção” , as pessoas de carne e osso são diferentes das dos nossos desejos.(2005,p.129).

De acordo com Dasser.(2010)

Família substituta é aquela que se propõe trazer para dentro dos umbrais do próprio casa, uma criança ou um adolescente que por qualquer circunstância foi desprovido da família natural, para que faça parte integrante dela, nela se desenvolva e seja.

Portanto, esta criança (ou adolescente) vai passar a ser membro desta família que generosamente a acolhe, que livremente a quer entre os seus, dispensando-lhe tudo de que precisa sobretudo, amor. Em se tratando de adoção, passará a ter todos os direitos e deveres do filho de sangue. Até porque, tanto a Guarda como a Tutela podem ser revogadas, mas a Adoção é para sempre.

Silva Filho explica que:

Essa substituição, por intermédio de uma das suas formas, qual seja a adoção, tem por escopo não só a proteção da pessoa em desenvolvimento, mas também o de lhe garantir o direito de viver em família [...]

Esse direito à convivência familiar e comunitária representa a criação, formação e educação no seio da sua família.(p.144)

Sobre esse assunto Custódio lembra que:

Além disso, não se estabelecem quaisquer diferença sobre a criança e o adolescente em decorrência do modelo familiar, pois os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (art.20). Rompe-se deste modo com os velhos conceitos de filhos legítimos e ilegítimos que estigmatizavam crianças, reafirmando práticas discriminatórias constituídas com base na idealização de uma concepção universal de família.Agora, reconhece-se finalmente a condição de diversidade na composição familiar e protege-se crianças e adolescentes contra quaisquer tipo de discriminação.(2009, p.50)

Oferecer uma família,destinada a dar conforto e acima de tudo amor, proporciona à criança uma base para o desenvolvimento não se pode negar a necessidade de uma família na vida de uma criança, sendo o processo de adoção de valor essencial.

3.3 Os Preconceitos e Mitos

A adoção é um tema de relevância social e trata-se de um assunto complexo que envolve diversas questões como as dinâmicas familiares, as questões jurídicas, o abandono, a institucionalização, o preconceito e mitos, dentre outros.

Segundo Camargo:

Os mitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil, apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças “idosas” pois potencializam crenças e expectativas negativas ligadas à prática da adoção tardia.(2006, p.91)

De acordo com Simon:

Em se tratando da adoção, em consequência do tempo transcorrido durante esse processo, as características das crianças e adolescentes afastados de suas famílias originais vão paulatinamente distanciando-se do perfil desejado pela maioria dos adotantes. Dessa forma observa-se a organização de duas filas paralelas: uma formada por centenas de crianças, a maior parte negras ou mestiças, com idade superior à 6 anos e com histórico de abuso físico e psicológico, asiladas em instituições de abrigo . Outra constituída por casais , em sua maioria , interessados em adotar uma criança recém nascida, saudável, branca , sem histórico de violência e , de preferência, parecida com os adotantes.(2005,p.46)

Tavares (2010) esclarece:

De acordo com Ferreira apud weber(2002), as razões que contribuem para adotar bebês, em primeiro lugar deve-se ao fato dos casais manifestarem o desejo de viver todas as experiências do filho, desde “ as primeiras fraldas e mamadeiras”. Além disso existe uma série de receios com relação á adoção de crianças maiores: seqüelas psicológicas devido ao abandono e institucionalização; dificuldade de adaptação; que a criança guarde ressentimentos; que traga maus costumes e que as lembranças da família biológica não deixe a criança criar novos vínculos.(2010)

Nesse sentido Shine menciona a preocupação dos adotantes:

Outra questão recorrentes entre os pais adotivos e temas de discussão freqüentes entre os profissionais que trabalham com adoção, diz respeito aos detalhes e elementos “traumáticos” das histórias de abandono ou dos motivos que deram origem à separação entre a criança e os pais biológicos.(2005, p. 89)

Schettini alerta para o medo do desconhecido, da hereditariedade patológica da criança adotada que, muitas vezes, invadem os pais adotivos e afirma que o medo das deficiências decorrentes do passado biológico do filho adotado não é em nada diferente da mesma possibilidade em relação aos filhos gerados biologicamente.(1998. p. 33).

Levinzon afirma que “temores como a herança de determinadas enfermidades, traços de caráter,, dificuldades cognitivas e intelectuais estão presentes os pais adotivos com freqüência”.(2004, p.32)

Tavares menciona a supervalorização dos laços de sangue, como um forte fator que muitas vezes impedem a adoção:

Segundo Weber (1999, p.23), os pais precisam estar preparados para lidar com a questão da não-semelhança dos seus filhos adotivos, ainda mais porque no Brasil há uma forte valorização dos laços de sangue e a aparência com os filhos. Além dessa questão, encontra-se outra relacionada aos traços hereditários. Nas famílias adotivas se o comportamento da criança está de acordo com o que os pais adotivos esperam eles acabam creditando o sucesso à sua educação; mas se algo não vai bem, muitas vezes, e até de maneira não consciente, colocam a responsabilidade nos genes do outro, no sangue ruim que esta criança pode ter trazido. Sempre existe o temor de uma carga genética desconhecida, tanto em famílias adotivas quanto em biológicas. Os filhos por sua vez também fazem uma relação parecida. Se os acontecimentos em família os agrada ele se sente “filho”, caso o contrário, eles voltam a atenção para sua condição de adotado.(2010)

Nesse sentido Schettini, aponta para a supervalorização dos laços de sangue em nossa cultura. Ele alerta que na nossa sociedade, a “ligação hereditária é um pressuposto indiscutível que dita as normas de valorização e continuidade familiar . Nesse contexto a

adoção é vista como algo espúrio , paralelo, inautêntico e artificial. (1998, p.29)

Simon ressalta” Outra questão que poderia estar relacionada á alta indulgência entre os adotantes é a insegurança parental diante da excessiva valorização social dos laços sanguíneos.(2007, p.61)

De acordo com Vargas outra preocupação dos pais adotivos diz respeito ao passado da criança:

No caso de crianças mais velhas, é acrescido o “medo da sombra” do passado, ou seja, de que a criança nunca mais se recuperará das experiências que teve antes da adoção , não importando o quanto de cuidado e amor elas recebam e que a educação das mesmas sempre ficará prejudicada.(1998, p.30)

Nesse sentido, Santos afirma que”este é outro mito na adoção, que eventuais problemas comportamentais apresentados pelos filhos adotivos decorrem [...] do meio social onde a criança viveu seus primeiros anos(nos casos de adoção tardia) e, neste caso, evita-se o problema adotando-se recém nascidos.(1997, p.163)

Passos menciona:

Alguns dos mitos que dificultam a cultura da adoção apontados por Camargo(2006, p. 71-83)

- “Mito da criança adotada não estabelecer vínculos com os pais adotivos: A qualidade deste vínculo é questionada quando é comparada com a qualidade do vínculo que se estabelece biologicamente;
- “Mito dos laços de sangue”: A crença que o fator biológico regerá o destino final e quase sempre trágico nos casos de adoção;
- “Mito da revelação” :implica na omissão da verdade sobre a origem da criança. Os pais não revelam sua origem fazendo com que a criança acredite ser filho biológico.Em geral isso acontece, por medo de perder o filho adotivo, caso venha descobrir sua origem.
- “Mito da compensação por afeto”:os pais adotivos manifestam a impressão de necessidade maior de carinho, afeto e atenção na criança abandonada uma vez que ela sofreu um processo de rejeição e abandono. É comum os pais pensarem que os filhos adotivos precisam de mais atenção que os filhos biológicos.(2010, p.41)

Desta forma verificamos que esses mitos e medos se relacionam e passam de geração em geração.Para que uma nova cultura aconteça e necessário a desmistificação desses mitos.o que se torna um desafio para os profissionais envolvidos com essa temática. A adoção tem que ser um encontro entre o adotante e o adotado e os

interesses não podem ser voltados apenas para os pretendentes à adoção mas para quem vai ser adotado

A adoção é um desafio, e as mudanças nos mitos construídos também e precisa de muita reflexão conjunta para ser mudada.

Apesar das dificuldades, a adoção continua sendo um dos principais atos de amor que um ser humano pode praticar.

CONCLUSÃO

Findo o estudo desta peça monográfica foi possível observar que a realidade da adoção tardia é cercada muitas vezes de preconceitos e mitos que acabam influenciando no processo de adoção e que muitas vezes fazem com que muitos pais desistam de adotar uma criança.

A adoção tem apenas um objetivo: acolher a criança ou o adolescente, que por algum motivo, viu-se privado de sua família natural e para isso não importa a idade.

As nossas leis definem como necessária, a inclusão de uma criança ou adolescentes em família substituta, através da adoção, mesmo sendo a última opção depois de esgotadas todas as possibilidades de manter a criança ou adolescente na sua própria família.

Notou-se que com a aprovação da Nova lei de adoção houve muitas mudanças no processo da adoção, visando garantir os direitos fundamentais da criança e do adolescente, e entre eles o direito a uma família substituta, sendo que o objetivo agora não é mais o de encontrar uma criança para a família que deseja, mas sim é o de encontrar uma família para a criança que dela necessita, para seu desenvolvimento e crescimento adequado.

Essa nova lei veio de encontro aos anseios de muitos pais que pretendem adotar, bem como de muitas crianças que estão na esperança de algum dia serem adotados, visto que agilizará o processo de adoção diminuindo a angústia de uma longa espera muitas vezes ocasionada pela morosidade no processo.

O que não pode acontecer é o esquecimento destas crianças e adolescentes em instituições, esperando um dia serem adotados, haja visto que a maioria das pessoas preferem as crianças recém nascidas, por terem medo de lidar com o passado pois acreditam que será mais fácil de serem moldados conforme os princípios e costumes da família substituta.

Precisamos pensar na adoção como algo natural, pensar a adoção sem expectativas e sonhos impossíveis de serem realizados, sem medos e preocupações com o passado, muitas vezes com profundos traumas e angústias vivenciados pela criança ou o adolescente antes de chegar a uma família substituta.

O que essas crianças precisam é de um lar, de uma família que apenas os aceitem e os amem incondicionalmente, independentemente da idade, da cor, e de outros fatores que por preconceito os impedem de terem uma nova família e de serem felizes.

Assim, não se pode negar a necessidade de uma família na vida de uma criança, sendo para isso o processo de adoção de valor essencial.

BIBLIOGRAFIA

ABERGARIA, Jason. **Adoção simples e adoção plena**. Rio de Janeiro: Aide, 1990.

ALVES, Miguel M. **O Direito da Criança e do Adolescente**: Fundamentos para uma abordagem principiológica. Tese (Doutorado em Direito) Programa de Pós graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

BANDEIRA, Marcos. **Adoção na Prática Forense**. Ilhéus: Editus, 2001.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispões sobre o estatuto** -. 1990.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia: Mitos, medos e expectativas**. São Paulo: Edusc, 2006.

CRUZ, Helena Mafrei, **Família é quem cuida de mim**: Narrativas de identidade de jovens adultos criados em abrigo. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2008

CUSTÓDIO, André Viana. **Direito da Criança e do adolescente**. Criciúma: Nova Letra Gráfica e Editora. 2009.

DIÁCOMO, Murillo José de. **Breve considerações sobre a nova lei da adoção**. Disponível em:
http://www.mpes.gov.br/anexos/centros_apoio/arquivos/17_2084142482182009_Lei_de_Ad.doc. Acesso em 25 out. 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

DOMINGOS, Sávio Abreu. **No bico da cegonha**: Histórias de adoção e de adoção internacional no Brasil. São Paulo: Relume Dumará, 2002.

FILOMENO, Karina. **Mitos familiares e escolha profissional**: Uma visão sistêmica. São Paulo, 1997.

FONSECA, Débora Cristina; CÔNEO, Luis Carlos; CORRER, Rinaldo. **Práticas psicológicas e reflexões dialogadas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FRANCO Abigail;MELAO Magda;RIBEIROS Jorge **.Diálogos interdisciplinares: A psicologia e o serviço social nas práticas jurídicas.** São Paulo: Casa do psicólogo,2007.

HILSDORF, Carlos. **Atitudes vencedoras.** 8.ed. São Paulo: Editora Senac, 2003.

ISHIDA, Valter kenji. **Estatuto da criança e do adolescente:** doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas,2000

LEVINZON, Gina Khafif. **Adoção Clínica psicanalítica.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

LIBERATTI, Wilson Donizeti. **Adoção internacional.** São Paulo: Malheiros, 1995.

LUZ, Valdemar P. da. **Manual de direito de família.** São Paulo: Manoli, 2009.

MALDANER, cacildo. **O novo Código Civil.** Brasília.2002.

MARQUES, Artur Marques da S. **Adoção: Regime jurídico-Requisitos-Efeitos-Inexistência-Anulação.** 2.ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.1997

MERCADANTE, Aloizio. **Nova Lei Nacional de adoção.** Disponível em: <http://bebe2000.com.br/planejamento/adocao/comentarios-nova-lei-adoacao/>. Acesso em 21 out 2010.

PASSOS, Rosilene. **Novo destino para uma vida, Nova vida para uma família:** Disponível em::WWW. Servicosocial-unitau.com.br . Acesso em 28 out. 2010.

PIVATO, Loraine. **Perseguição digital.** Porto Alegre: Edição do autor, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família.** 6.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SABOYA, Patrícia. **Artigo sobre Nova Lei da adoção.** Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/PatriciaSaboya?artigo+sobre+nova+lei+adoacao+adoc>. Acesso em: 01 nov.2010.

SANTOS, Luzinete. Adoção no Brasil: desvendado mitos e preconceitos. **Revista serviço social & sociedade.** São Paulo, n.54, ano XVIII,p.158-171,1997

SCHETTINI.. L.F. (1998b). **Compreendendo os pais adotivos.** Recife: Bagao

SEREJO, Lourival. **Direito Constitucional da Família.** Revista e atualizada de acordo com o novo Código civil. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey Ltda,206.

SHINE, Sidney. **Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano psíquico e outros temas.**São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

SILVA, Denise Perissini da Silva. **Psicologia Jurídica no processo Civil.** 2.ed. São Paulo: Casa do psicólogo,2007.

SIMON, Claudio Hutz. **Prevenção e Intervenções em situações de risco e vulnerabilidade.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

_____. **Violência e risco na infância e adolescência:** Pesquisa e intervenção.São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

SNICK, Valdir. **Adoção.** São Paulo: Leud, 1988.

SOUZA, Halia Pauliv de. **Adoção:** Exercício da fertilidade ativa. São Paulo: Paulinas,2008

VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção Tardia:** da família sonhada à família possível. São Paulo: Casa do Psicólogo.1998

VERONESE, Josiane Petry Rose. Direito da Criança e do adolescente. **Coleção resumos jurídicos.** Florianópolis. v.5. Editora OAB/SC. 2006.

VIEIRA, J. L. Estatuto da Criança e do adolescente. 3. Ed. Bauru: Edipro, 1998.

WEBER, L.N.D. **Laços de ternura:** pesquisas e histórias de adoção. Curitiba: Santa Mônica,1998.

WALD, Arnaldo. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 10. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,1995.

ZEGGER, Ivone. **Como a Lei resolve questões de família.**São Paulo: Mescla,2004.